

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2009

(Do Sr. Fernando Ferro)

Propõe que a Comissão de Minas e Energia realize ato de fiscalização na Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel para verificar a adequação dos critérios de reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica.

Senhor Presidente:

Com base no art. 100, § 1º, combinado com os arts. 32, inciso X, alínea f ; 60, incisos I e II; e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, propomos a Vossa Excelência que adote medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle de procedimentos administrativos da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel para verificar a adequação dos critérios de reajuste e revisão da política de tarifas de energia elétrica no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Constata-se que as tarifas de energia elétrica no Brasil vêm tendo, sistematicamente, variação superior à inflação medida no País.

Por essa razão entendemos que é preciso uma análise acurada dos critérios utilizados pela Aneel na concessão de reajustes e revisões tarifárias.

Problemas nos cálculos realizados pela Aneel já foram verificados pelo Tribunal de Contas da União, como pela auditoria que levou

aquela Corte a proferir o Acórdão nº 2.210/2008-Plenário, quando se apurou que os critérios adotados pela agência reguladora vêm permitindo indevida apropriação de ganhos de escala pelas distribuidoras de energia elétrica, em prejuízo do consumidor final. As medidas adotadas pela Aneel para sanar tal inadequação devem, inclusive, ser objeto de análise pela fiscalização que propomos.

Outras questões que devem ser verificadas pela Proposta de Fiscalização e Controle ora requerida, referem-se à transferência do custo das perdas elétricas, mesmo aquelas decorrentes de ineficiência técnica ou comercial, aos consumidores finais. Também deve ser investigada a determinação do chamado Fator X de forma que esse índice possa, efetivamente, incentivar o aumento da eficiência de nossas distribuidoras. Enfim a Proposta de Fiscalização e controle deve verificar todos os itens que constituem a política de tarifa do setor.

Como exemplo da gravidade da elevação do custo da energia para a população brasileira, podemos citar o caso das tarifas residenciais aplicadas aos consumidores do Estado de Pernambuco. Verifica-se que, do ano 2000 até 2008, enquanto a inflação medida pelo IPCA foi de 77%, a tarifa residencial cobrada pela Companhia Energética de Pernambuco - Celpe elevou-se em exorbitantes 148%. Tal situação afeta diretamente a vida da população, que precisa despende parcela cada vez maior de seu orçamento para pagar as faturas de energia elétrica. Além disso, essa situação desestimula a economia como um todo, levando a maior desemprego e agravamento de problemas sociais.

Considerando que a matéria insere-se no campo de atuação desta Comissão de Minas e Energia e abrange tema grande alcance social, solicitamos aos insígnis pares a aprovação desta relevante Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado FERNANDO FERRO